

Ademir e Suassuna cobram definição para Projeto Sivam

Senadores defendem necessidade de integração dos habitantes da Amazônia à vida nacional e transparência nas medidas adotadas pelo Executivo para corrigir erros no empreendimento

Gilvam propõe reeducação de presidiário

O Programa Comunidade Solidária deve incorporar às suas ações um amplo processo integrado de reeducação dos presos no país, segundo sugestão formulada pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP). O programa especial de atendimento aos detentos, proposto por Gilvam Borges, seria uma resposta às rebeliões promovidas em todo o sistema penitenciário do país por melhores condições carcerárias.

Página 4

Geraldo Melo busca verdade sobre usinas

Um encontro de contas entre as usinas e o governo está sendo proposto pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN). Ele considera que devem permanecer em operação apenas as usinas que conseguirem se manter sem ajuda oficial. **Página 2**



Marina: contra o trabalho infantil em condições desumanas

Marina Silva apóia proposta contra exploração infantil

A senadora Marina Silva (PT-AC) apoiou na sexta-feira proposta do empresário Oded Grajew, presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, no sentido de que seja estabelecida em lei proibição formal de compra, pelos agentes econômicos, de matérias-primas produzidas com a exploração do trabalho infantil.

Marina destacou dados divulgados em artigo de autoria do empresário, publicado recentemente pela imprensa, mostrando que 3,5 milhões de crianças no país, com idade inferior a 14 anos, são submetidas a péssimas condições de

trabalho, enquanto mais de 70 por cento delas recebem menos de meio salário mínimo. A jornada de 12 horas diárias de trabalho imposta a essas crianças, conforme o artigo, foi considerada pela senadora incompatível com o desenvolvimento normal de uma criança e uma afronta a seus direitos naturais.

Segundo Marina Silva, é importante a ação parlamentar no sentido de denunciar e contribuir para a eliminação do trabalho infantil em regime de semi-escravidão ou em condições desumanas e incompatíveis com seu desenvolvimento físico, emocional e mental.

Os senadores Ademir Andrade (PSB-PA) e Ney Suassuna (PMDB-PB) pediram sexta-feira uma solução urgente para o Projeto Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia). Ademir justificou que o empreendimento atende a um dos maiores anseios dos habitantes da Amazônia, que é a integração efetiva à vida nacional, superando um isolamento secular.

Suassuna, por sua vez, dirigiu um apelo ao presidente da República para que, mesmo informalmente, venha ao Senado explicar o que está ocorrendo com o projeto.

O senador paraibano aconselhou o governo a reconhecer a gravidade dos problemas identificados e a esclarecer de vez as soluções adotadas. A transparência, segundo ele, ajudará a resolver o problema.

Ademir cobrou definição rápida também para o projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia é uma Lei de Patentes que resguarde e favoreça a utilização das riquezas naturais da região. **Página 3**

Jucá pede aprovação da CPMF

Sem recursos, sistema público de saúde está ameaçado pelo caos, adverte senador. Pág. 2



Romero Jucá

Jucá defende contribuição provisória para a saúde

O senador Romero Jucá (PFL-RR) apelou aos deputados federais para que aprovelem, como já o fez o Senado, a proposta que cria a contribuição provisória sobre movimentação financeira (CPMF) e pela qual vem-se esforçando o ministro da Saúde, Adib Jatene. Jucá advertiu que a não-aprovação da medida resultará num déficit de R\$ 6 bilhões no orçamento do Ministério da Saúde para 1996.

Relator da parte relativa a Saúde, Trabalho e Previdência no projeto de lei orçamentária para este ano, Romero Jucá comunicou que seu parecer já foi entregue ao relator-geral, deputado Iberê Ferreira, mas alertou para a importância de a Câmara aprovar a CPMF. "Se essa contribuição não for aprovada, será um caos na área de saúde", disse.

Jucá também condenou a forma como se cobram os recursos da Previdência Social no país, explicando que "se torna mais lucrativo para as empresas admitir aqui e contratar mão-de-obra em países onde não são tão drásticos os encargos sociais".

Geraldo Melo quer encontro de contas das usinas com o governo

Senador considera que deverão continuar operando apenas as empresas que conseguirem se manter sem a ajuda oficial

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) pretende sugerir que, na proposta de política econômica para o Nordeste,



Melo

em preparação pela bancada nordestina no Senado, seja feito um encontro de contas entre as usinas de açúcar e o governo. "Fala-se há tantos anos de crise do setor açucareiro do Nordeste, de um emaranhado de dívidas de lado a lado. Chegou então a hora de se fazer um encontro de contas entre as empresas e o governo."

-Depois desse encontro, haverá usinas que ainda estarão devendo ao governo. Estas estarão mortas e deverão ser enterradas. As que ficarem devem funcionar sem qualquer proteção do governo - assinalou Geraldo Melo.

Os senadores do Nordeste estão definindo propostas concretas para uma nova política de desenvolvimento econômico da região. A bancada tomou a iniciativa de fazer a proposta ao governo depois que a Fundação Getúlio Vargas comprou, em pesquisa, uma tendência de reconcentração industrial nos estados do Sul e do Sudeste.

Ronaldo aponta discriminação contra bancos de estados pobres

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) criticou na sexta-feira o que chamou de política de dois pesos e duas medidas adotada pelo Banco Central, pelo socorro ao Banespa, Banerj, Econômico e Nacional, sem que tenha dado o mesmo tratamento aos bancos de estados

pobres que se encontram em processos de intervenção. "É preciso que a medida do governo seja estendida a todos os bancos em dificuldade financeira", disse o senador.

Ele lembrou que quando era governador da Paraíba o Banco Central não deu o mesmo tratamento para o Produban, que foi liquidado extrajudicialmente. A quantia que solicitava para sanar a inadimplência do banco era de 7 milhões de dólares, e não, segundo frisou, os 7,5 bilhões de dólares que serão injetados no Banespa.

O senador paraibano revelou que, por entender que o acordo do Banco Central com o Banespa não é muito transparente, vai apresentar requerimento solicitando às autoridades financeiras esclarecimentos sobre aquela negociação, que, conforme disse, envolve a transferência de



Ronaldo Cunha Lima

patrimônio do estado de São Paulo para a União, como os aeroportos de Viracopos, Congonhas e Cumbica.

Ronaldo Cunha Lima pediu, a propósito, a transcrição nos Anais do Senado de matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, de autoria de Luis Nassif, sobre o comportamento do BC no processo de saneamento dos bancos sob intervenção.

Em apêndices, Humberto Lucena (PMDB-PB), Ney Suasuna (PMDB-PB), Romero Jucá e Osmar Dias (PSDB-PR) manifestaram apoio a Ronaldo Cunha Lima.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado.

COMISSÕES

Previsão dos trabalhos para a semana.

Terça-Feira (16.01.96)

10h - Reunião das comissões do caso Sivam.

Pauta: a ser definida. Local: Sala 3 da Ala senador Alexandre Costa.

Quarta-Feira (17.01.96)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: a ser definida. Local: Sala 19 da Ala senador Alexandre Costa.

10h - Reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Educação.

Pauta: Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Local: Sala 3 da Ala senador Alexandre Costa.

Quinta-Feira (18.01.96)

10h - Comissão Especial do Senado que analisa o projeto de Código de Trânsito Brasileiro.

Pauta: apresentação do parecer do relator, senador Gilberto Miranda. Local: Sala 19 da Ala senador Alexandre Costa.

Ademir pede definição urgente para o Sivam

Segundo o senador, projeto atende a um dos maiores anseios dos habitantes da Amazônia, que é o de integrar-se ao país

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu sexta-feira uma definição urgente da implantação do Projeto Sivam, afirmando que o empreendimento atende a "um dos maiores anseios dos amazônidas, que é o de integrar-se definitivamente e efetivamente à vida nacional, superando um isolamento secular".

O pedido foi feito durante pronunciamento em que o senador registrou o transcurso dos 380 anos da cidade de Belém e faz parte de um elenco de medidas que visam, de acordo com o parlamentar, à melhoria da qualidade de vida das populações da região Norte do país.

Ademir Andrade lembrou ainda que o Projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia e uma Lei de Patentes que resguarde e favoreça a utilização das riquezas naturais da região me-



Ademir Andrade

recem definições igualmente rápidas, respondendo assim ao interesse de todo o povo paraense e amazônida.

O senador paraense registrou também o empenho majoritário dos políticos da Amazônia no sentido de transformar a realidade e implantar um novo modelo de desenvolvimento para a re-

gião.

IMPORTÂNCIA

Segundo o senador, desde a fundação, em 1616, Belém tem desempenhado um papel de destaque na vida brasileira, especialmente no contexto regional. "É de se ressaltar que Belém do Pará detém, até hoje, expressiva importância histórica e geográfica no que se refere à territorialidade do Brasil, já que a partir daquela capital desenvolveu-se todo o processo de ocupação da Amazônia", sublinhou.

Ademir Andrade foi apertado pelo senador Romero Jucá (PFL-RR), para quem o melhor presente para Belém seria a implementação de uma política de desenvolvimento para a Amazônia e o fortalecimento da Sudam.



José Dutra

Dutra aponta contradição no papel do BNDES

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) considerou uma contradição o fato de o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) estar coordenando a privatização da Companhia Vale do Rio Doce e, ao mesmo tempo, concedendo financiamento para que a Renault instale uma montadora no país.

Dutra lembrou que os aliados do governo "bateram na tecla" de que qualquer atraso nas votações das emendas constitucionais da Ordem Econômica prejudicaria a entrada de vultosos capitais estrangeiros no país. Mas até agora não se tem notícia desses investimentos no volume esperado. Quando se tem conhecimento da injeção de capital, como no caso da Renault, os recursos são financiados pelo BNDES.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), em aparte, afirmou que o atraso no envio da regulamentação das emendas constitucionais não é coerente com a pressa inicial do governo. Por sua vez, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) relatou que esteve no México no recesso parlamentar e observou que a imprensa local noticiava a evasão de divisas resultante da aprovação da Lei de Patentes mexicana, que garantiu a inclusão daquele país no Nafta. "Lá, como cá", ressaltou ele, "acentua-se uma integração no mercado internacional marcada pela falta de horizonte estratégico e de abdicção dos princípios de soberania."

Suassuna cobra explicação definitiva

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) fez um apelo na sexta-feira ao presidente da República para que venha ao Senado, nem que seja informalmente, e explique melhor o que está ocorrendo com o projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Suassuna pediu que o governo reconheça a gravidade dos problemas identificados naquele projeto amazônico e deixe explicitado que soluções serão tomadas, sem deixar de demonstrar a importância que o sistema assume para o país.

Para o parlamentar, a transparência, por parte do Governo, conquistará o apoio dos senadores e criará



Ney Suassuna

condições para a solução definitiva de problemas circunstanciais que tumultuam a nação brasileira.

Suassuna reclamou que os escândalos da pasta cor-de-rosa, do Sivam e da escuta telefônica paralisaram o Congresso e impedem a rapidez na tramitação de projetos importantíssimos como o da Reforma Previdenciária, Reforma Tributária e Reforma Administrativa. Disse esperar que neste ano, sem as turbulências de 1995, haja condições mais tranqüilas na busca de soluções para os graves problemas brasileiros.

Ao pronunciamento de Suassuna foram feitos apartes pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Roberto Requião (PMDB-PR) e José Eduardo Dutra (PT-SE).

Gilvam Borges defende programa para a reeducação de presidiário

Iniciativa é apontada como resposta às rebeliões desencadeadas em todo o sistema penitenciário por melhores condições carcerárias

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) sugeriu sexta-feira que o Programa Comunidade Solidária, dirigido por dona Ruth Cardoso, incorpore às suas ações um amplo processo integrado de reeducação da população carcerária do país, em conjunto com o Ministério da Justiça.

O programa especial de atendimento aos detentos, pretendi-



Gilvam Borges

do por Gilvam Borges, viria como resposta às rebeliões desencadeadas em todo o sistema penitenciário, por melhores condições carcerárias, fatos marcantes no decorrer do último ano, segundo o senador.

REFORMAS

Em seu pronunciamento, Gilvam Borges mostrou-se otimista quanto às perspectivas do Brasil para

1966. Ele destacou a necessidade de o Congresso "acelerar o passo" no exame das emendas constitucionais propostas pelo governo, em especial as reformas administrativa e previdenciária.

Apesar da política recessiva, Gilvam Borges considerou o ano de 1995 muito positivo para a economia brasileira. No plano político, ressaltou o equilíbrio das instituições democráticas, para os quais contribuíram, segundo destacou, o desempenho do presidente Fernando Henrique Cardoso e do presidente do Congresso, José Sarney.



Eduardo Suplicy

Carta de sem-terra ao presidente tem apoio de Suplicy

O líder do PT, senador Eduardo Suplicy (SP), apoiou carta dirigida ao presidente da República pela direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, segundo a qual não é correto que o governo Fernando Henrique Cardoso tenha assentado 42.912 famílias no ano passado.

Na carta, os trabalhadores sem-terra afirmam que só 12.263 famílias tiveram acesso à terra devido a desapropriações de fazendas no governo FHC. Assim, as outras 30.649 famílias já estavam ocupando as áreas e não dependeram de qualquer iniciativa oficial para ganhar as propriedades, conforme a carta dos sem-terra, lida em parte pelo senador Eduardo Suplicy.

Na avaliação de Suplicy, as iniciativas do atual governo restringiram-se ao limitado acesso à terra por famílias localizadas nas áreas de fronteira agrícola. Além do mais, segundo o líder, conspirou contra a reforma agrária o fato de que as famílias assentadas não foram beneficiadas com as ações de apoio necessárias à sua sobrevivência, como crédito, alimentação e infraestrutura social.

Exagero no ITR prejudica agricultura, diz Osmar

A cobrança do ITR com reajustes que chegam a 1.596% em relação a 1994 tem prejudicado os pequenos agricultores do interior do Paraná, que estão vendendo as suas propriedades por valores muito abaixo do mercado para se livrarem das dívidas com a Receita Federal.

A denúncia foi feita sexta-feira pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), ao revelar que centenas de médios e pequenos agricultores do Paraná pretendem encerrar suas atividades agrícolas e partir para as cidades, fugindo das pesadas dívidas com o ITR.

O senador disse que os critérios adotados pela Recei-

ta para a cobrança do imposto são equivocados. Citou como exemplo as terras do município paranaense de São Tomé, segundo ele das quais desvalorizadas no mercado, mas cujo imposto é de valores superiores aos cobrados sobre as terras de Ribeirão Preto (SP), consideradas as de maior valorização no país "e, talvez, no mundo".

Osmar Dias criticou a inexistência de uma política agrícola, "quando os homens da eco-



Osmar Dias

nomia estão preocupados apenas com a visão macro do país, esquecendo-se da atividade agrícola e subsidiando a importação de trigo."

A senadora Marina Silva (PT-AC) e os senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Romero Jucá (PFL-RR) apartearam Osmar Dias, concordando que o ministro da Agricultura está voltado apenas para os seus interesses particulares.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.